

MIRIAM LIMOEIRO

" OS FORMULADORES DA REFORMA DA UNIVERSIDADE SÃO FUNCIONÁRIOS DO BANCO MUNDIAL "



Boa noite a todos. Agradeço à Adusp a gentileza do convite. Vou fazer todo esforço para me restringir aos quinze minutos que são estipulados.

O capital mundializado reorganiza a vida coletiva, reordena o Estado, desobrigando-o com as áreas sociais (educação, saúde, cultura, habitação, urbanização), mas acentuando mais do que nunca seus compromissos com o capital. Desarticula e reprime os sindicatos e toda e qualquer forma de organização autônoma e de re-

sistência no campo do trabalho. Sob a hegemonia do capital financeiro rentista, a atividade produtiva se deslocaliza e se realocaliza em escala planetária, a lógica mercantil é disseminada por todo o tecido social e transforma tudo em mercadoria, destruindo a formação social que conhecemos como sociedade e esterilizando o

campo da cultura naquilo que lhe é essencial e que por isso mesmo não é mercantilizável: seu potencial crítico criador e contestador. Uma reforma de tal dimensão reorganiza também o sistema educativo, especialmente a

Universidade, e procura novos meios de legitimação. A melhor maneira de manter sob controle uma situação de grande desigualdade é encontrar uma forma de justificá-la. Sabemos há muito tempo como todo o sistema escolar opera desse modo, como aparelho de reprodução social. Agora, a avaliação é trazida à cena pa-

ra cumprir essa mesma função, com alcance social ainda mais amplo: legitimar a nova ordem de gestão direta e maciça do capital sobre a Universidade. Cabe a nós, intelectuais da Universidade, a responsabilidade social e política de apreender esse processo e não nos deixarmos, ingênua ou tolamente, envolver por ele.

O caráter público da Universidade permite que ela seja aberta à reflexão, à crítica, às controvérsias teóricas, metodológicas, técnicas, favorecendo a fermentação cultural e a ampliação de horizontes culturais. Na sociedade contemporânea, a Universidade pública é o último e talvez o único lugar institucionalizado onde isso pode acontecer, enquanto ela se define de fato como um espaço público de discussão face a face, onde o livre confronto das idéias constitui argumentações consistentes, forma convicções bem fundamentadas, desperta dúvidas e a necessidade de novos debates, e como um lugar de liberdade: liberdade de pensamento, de expressão, de cátedra, de pesquisa, de associação. Um espaço assim público e livre é condição de cidadania e de desenvolvimento da inteligência, do pensamento, da crítica e da cultura. Ao mesmo tempo em que produz e comunica saberes, a Universidade reproduz a ordem social através da ideologia, da disciplina e do controle, e é lugar de

“Não é desmoralizando os pesquisadores, criando obstáculos e cerceando a atividade de pesquisa científica, que se pode conseguir efetivamente fomentar o desenvolvimento científico. É uma sociedade que desperdiça talentos é uma sociedade fadada à mediocridade e à subalternização”

poder. Tem sido sempre decisiva a participação de membros da academia na formulação de políticas e de ações, mesmo as mais violentas, contra a Universidade. É equivocado atribuir as ameaças à vida e à produção livres na Universidade somente a agentes externos a ela: governos, empresas, entidades políticas, porque parte muito importante desses agentes está dentro da própria comunidade universitária. Um espaço público e livre é um bem precioso: algumas vezes só nos damos conta disso quando o perdemos, quando ele se mostra pelo avesso, ao ser extinto ou conspurcado. Nós tivemos aqui essa experiência, ostensiva e explicitamente assumida, há pouco mais de trinta anos, pela ditadura militar, e cujas marcas ainda estão vivas na nossa Universidade.

A história das ciências, a sociologia e a antropologia da ciência

podem fornecer subsídios interessantes à discussão sobre a produção de ciência. Autores como Merton e Ben-Davi supõem que o número de cientistas criativos é função direta do número total de cientistas em atividade. Conseqüentemente, o sucesso científico depende do estoque de talento mobilizado, e esse depende do estoque total de cientistas. Aqui haveria portanto uma relação entre quantidade e qualidade. Já Solla Price, por exemplo, questiona que seja assim direta essa relação. Argumenta que cerca de 10% dos cientistas é responsável pela publicação de cerca de 90% dos *papers* científicos. Segundo Price, o número total de cientistas cresceu exponencialmente durante um longo período, mas no mesmo período o número de cientistas destacados cresceu a uma taxa consideravelmente menor. Conclui que se quisermos multiplicar o número de bons cientistas por um fator 5, teremos que multiplicar o total de cientistas por um fator 25. Considera que o tempo para duplicar o trabalho científico como um todo é de cerca de dez anos, enquanto que para duplicar o trabalho científico de alta qualidade se necessita em torno de vinte anos. Pode-se concluir que a produção do talento para a ciência e na ciência depende de investimento maciço na formação e na atividade científica em geral. Só se forma o talen-

to científico cultivando talento em toda a extensão da atividade educativa, e só se potencializa o talento científico fomentando o desenvolvimento científico. Não é restringindo o campo onde esse desenvolvimento pode advir, não é desmoralizando os pesquisadores, criando obstáculos e cerceando a atividade de pesquisa científica, que se pode conseguir efetivamente fomentar o desenvolvimento científico. E uma sociedade que desperdiça talentos é uma sociedade fadada à mediocridade e à subalternização.

Está em curso entre nós uma reforma da Universidade que é parte da grande reorganização da vida mundial sob a mundialização do capital. É significativo que ela esteja sendo definida a partir do Banco Mundial e não de alguma agência internacional de educação ou de cultura. Seus formuladores são pesquisadores-funcionários do Banco Mundial. Todo um aparato organizacional e financeiro vem sendo mobilizado para viabilizar políticas de educação superior compatíveis com aquela reorganização. Numerosos projetos se encontram atualmente em desenvolvimento no Banco Mundial, junto a governos, implementados pelos próprios governos ou instituições e universidades, para consolidar tais políticas. Esta reforma universitária visa à formação de um mercado da educação superior,

“Esta avaliação institucional é peça-chave da política educacional patrocinada pelo MEC, política de mercantilização da Universidade pública. Não visa aperfeiçoar a qualidade da produção de conhecimento na Universidade. Seu objetivo maior é a submissão ao capital privado”

redefinindo a relação entre o poder público e a Universidade e constituindo o que tem sido chamado de “Estado avaliador”. A avaliação institucional proposta no Brasil pelo governo federal é estratégica para este projeto. Ela é ao mesmo tempo seu modo de funcionamento, implantando extensiva e intensivamente a lógica do capital mercantil, e seu modo de legitimação, configurando a avaliação como meritocracia. Ao legitimar todo o processo por meio da ideologia da competência, funciona como alavanca para colocá-lo em execução e conseguir adesão a ele.

O projeto se propõe a produzir uma diferenciação radical no interior do sistema de educação superior, reorganizando-o sob forma fortemente hierarquizada. Para alguns centros de excelência se reserva a condição de universidades de pesquisa, onde se deve produ-

zir conhecimento científico. Nelas se concentrará o aporte financeiro do poder público, embora elas também devam tratar de integrar-se com o capital privado, não apenas para buscar recursos adicionais, como para atender às demandas de saber técnico-científico deste capital. Encolhido desta forma, a maior parte do atual sistema universitário público deverá ser transformada em instituições exclusivamente de ensino, sem pesquisa. A exclusão da pesquisa, bem como a separação entre ensino e pesquisa, é aí proposital e cumpre importante papel político. Serão “escolões”, destinados a oferecer ensino de massa e, quer sejam públicos ou privados, deverão seguir o padrão das instituições de ensino privadas, de caráter tipicamente mercantil: estudantes pagando taxas e anuidades escolares; professores que só dão aula, muitas aulas; cada turma com o máximo número de alunos, cada professor com o máximo número de turmas; cursos de pouca procura sendo desativados; e adotando forte preocupação com o controle e a disciplina.

Submetendo os modos de operação e de gestão das universidades, do ensino e da pesquisa à lógica mercantil, não mais se reconhece a educação como um direito de cidadania, mas como um mercado em que se transaciona a mercadoria conhecimento e a

mercadoria ensino. Sendo assim, o trabalho na Universidade deve ser regido por critérios de mercado, como rentabilidade, produtividade, avaliação de qualidade etc. A avaliação institucional que articula esta reforma traz a marca da burocracia. É burocrática, e tende a criar burocracias. As burocracias procuram legitimar-se porque cumpririam a tarefa de organizar, organização que seria racional no sentido de adequação dos meios aos fins, e que promoveria a eficiência e o aumento da produtividade. Na verdade, porém, a burocracia *se organiza* enquanto estrutura de controle. Por definição burocracia é atividade-meio, mas as organizações altamente burocratizadas tendem a transformar os meios de controle em fins, e a deixar esquecidos os fins. Burocracia significa hierarquia e poder, e o exercício burocrático enquanto controle hierarquiza e distribui desigualmente *poder*. Nas palavras de Tragtenberg: “A burocracia escolar controla o professor através da nomeação e dos mecanismos de carreira, e o aluno através do sistema de exames e notas”. Creio ser correto afirmar que a superburocracia avaliativa que vem sendo constituída e posta em funcionamento no Brasil hoje pretende controlar a Universidade através da permissão ou da interdição formal e prática de que nela se faça pesquisa e se produza conhecimento. A relação de poder presente no sistema de exames nacionais, os provões, faz lembrar o que já se chamou de “batismo burocrático do saber”.

Esta avaliação institucional é peça-chave da política educacional patrocinada atualmente no Brasil pelo MEC, política de mercantilização da universidade pública, de seu ensino e de sua pesquisa. Não visa fortalecer ou aperfeiçoar a qualidade da produção de conhecimento na Universidade brasileira. Seu norte efetivo é a legitimação ideológica da política que a institui, e seu objetivo maior é a submissão, também na Universidade, ao capital privado, que passará deste modo a deter o controle da Universidade, da produção do conhecimento que nela se faça e dos produtores deste conhecimento. Pretende criar hierarquias universitárias e mesmo hierarquias científicas a partir da burocracia, e tenta definir, a partir do poder burocrático, os rumos e os tempos da pesquisa científica que se realize na Universidade brasileira. É grande equívoco supor que nesta reorganização global as universidades de pesquisa escapem à submissão à lógica mercantil. A retração do Estado também as alcança. Carentes de recursos públicos, disponíveis, mas para outros fins, encontram-se crescentemente sujeitas ao imperativo de vender projetos à iniciativa privada — ou seja, ao capital que coloque entre suas opções de investimento a aplicação de recursos para pesquisa nestas universidades. Neste sentido, cada vez menos estes pesquisadores poderão trabalhar nos *seus* projetos, porque cada vez mais serão compelidos a colocar o seu saber a serviço dos interesses do capital privado, sem mediação

que não seja meramente burocrática. Estará então em vias de desaparecer o trabalho científico fora do controle direto do capital, e o grande cientista se verá sujeito à condição de cientista-funcionário.

Quando a mercantilização invade todo o espaço da Universidade, transformando também aí tudo em mercadoria, o que se produz é o amesquinamento do horizonte cultural e da expressão do conhecimento, com a exclusão do que de mais elevado o espírito humano produziu, na filosofia, na arte, na ciência. A inteligência, a sensibilidade, o espírito crítico, que se alimentam desses saberes e dessas práticas, bem como todos os valores não mercantis, são relegados, marginalizados, excluídos. Só se dá valor ao que cria valor e produz mercadoria. Este é o novo mundo que vira as costas para a civilização. É difícil não lembrar de Dante: “Vós que aqui entraís, abri mão de toda esperança”. De minha parte, como eu já aprendi o quanto a esperança é conservadora e conformista, como eu não acredito em destino, pensamento único ou em qualquer outra espécie de determinismo, e como é da minha índole continuar lutando, defendo que é preciso resistir. E faço uma reflexão. Se eles apelam para mecanismos de legitimação, é porque de algum modo precisam da nossa adesão. Resistamos. Recusemos a nossa adesão ideológica. E coloquemos no centro mesmo da nossa luta de resistência a defesa da liberdade e do caráter público da nossa Universidade. Muito obrigado. RA